



MédioTejo

comunidade intermunicipal

REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIM DO MÉDIO TEJO

Ata n.º 02/2022

Data – 19 de dezembro/2022

Início – 21h00

Local – Biblioteca Municipal de Torres Novas - Biblioteca Municipal Gustavo Pinto Lopes

Termo – 01h15

Presenças – Lista Anexa

ATA n.º 01/2022

Ao décimo nono dia de dezembro/2022 com início pelas vinte e uma horas, teve lugar, na Biblioteca Municipal de Torres Novas, Biblioteca Municipal Gustavo Pinto Lopes, a segunda reunião ordinária da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Aprovação da ata
2. Período antes da ordem do dia.

Ordem do dia:

1. Informação da atividade da CIM do Médio Tejo;
2. Apreciação e votação de lista ordenada dos candidatos a membros do Secretariado Executivo Intermunicipal;
3. Apreciação e votação das Opções do Plano e Orçamento para 2023 e respetiva autorização genérica;
4. Apreciação e votação da Revisão Orçamental n.º 1 de 2022
5. Apreciação e votação da alteração e aditamento ao Regulamento Interno da CIM do Médio Tejo

6. Apresentação da lista dos compromissos plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos que se celebraram desde a última sessão da Assembleia Intermunicipal;
7. Intervenção do Público ao abrigo do ponto 6, do artigo 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 janeiro.



O presidente da mesa da Assembleia não pode estar presente por razões de saúde, tendo a reunião sido conduzida pela Vice-Presidente Ana Vieira. Deu as boas vindas a todos presentes, começando por indicar que a reunião estava a ser transmitida através do facebook da CIM, bem como referiu as faltas e as substituições dos deputados. Os deputados que em caso de substituição ainda não tinham tomado posse, deu-lhes posse, respetivamente: -----

NOME	SUBSTITUTO	TOMA POSSE
Helder Jorge Dias Antunes , por motivos profissionais – (PSD de Vila de Rei)	Miguel Filipe Nunes da Silva (PSD de Vila de Rei)	✓
Nuno Manuel Pinto Dias , por assistência familiar (PPD/PSD de Ourém)	Tiago Ferreira Simões (PPD/PSD de Ourém)	✓
Vítor Cavalheiro , por motivos pessoais (PS da Sertã)	Anabela Brízio (PS da Sertã)	✓
José Casanova (Independente/PS de Ferreira do Zêzere)	Maria Gaspar de Moura (Independente/PS de Ferreira do Zêzere)	✓
Hugo Costa (PS de Tomar)	Vasco Marques (PS de Tomar)	✓
Duarte Fonseca por motivos profissionais (PPD/PSD – CDS Cidadãos por Alcanena)	António Mina Duque	
Mário Balsa , motivos profissionais (PS do Entroncamento)	Pedro Faria Gonçalves (PS do Entroncamento)	
Nuno Batista Pereira (PS de Ourém)	Não foi substituído	



1. Aprovação da ata -----

Foram solicitadas pequenas correções de português, sendo a mesma posteriormente colocada a votação. -----

Deliberação – Aprovada por unanimidade. -----



2. Período antes da ordem do dia -----

A vice-presidente da mesa, solicitou a quem se pretendesse inscrever para intervir, que o fizesse neste período. Iniciou a sua intervenção o deputado José Rafael Nascimento do movimento ALTERNATIVAcom, que se passa a descrever: “A Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo é, como sabemos, uma associação de autarquias locais interessadas na prossecução conjunta das respetivas atribuições. Apesar de essas atribuições terem um carácter eminentemente técnico-administrativo, a CIMT é uma entidade política do poder local democrático, com competências executivas e deliberativas assumidas por autarcas democraticamente eleitos. -----

Gostaríamos de colocar quatro questões neste PAOD: -----

1. Como considera a CIMT estar a cumprir a sua Missão de “promover o desenvolvimento equilibrado e sustentável do território de intervenção, com base no planeamento estratégico regional e no apoio às autarquias locais”? Mais concretamente, em que ponto nos encontramos, face aos objetivos inerentes a esta Missão? Como é avaliada a contribuição do conjunto dos treze municípios para esta Missão e objetivos? -----

2. Que balanço faz a CIMT da execução do Plano Estratégico de Desenvolvimento 2014-2020, o qual, como a designação indica, terá já terminado há cerca de 2 anos? Que planeamento estratégico lhe sucedeu e que órgão aprova esse Plano Estratégico? Que contributos deu o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, no quadro das suas competências e atribuições? -----

3. No âmbito da consolidação das instituições democráticas na nossa sub-região, que papel entende dever ter a CIMT na defesa de uma imprensa local e regional sustentável e economicamente viável, promovendo a literacia e as audiências mediáticas? O que foi já feito e o que se prevê fazer nesta matéria? -----

4. Na última sessão desta Assembleia Intermunicipal, foi criada uma Comissão de Acompanhamento/Grupo de Trabalho, para análise da viabilidade de utilização civil do Aeródromo de Tancos. Gostaríamos de saber o que fez e que resultados

produziu esta estrutura *ad hoc*? “ -----

João Fernandes, do PSD de Abrantes interveio de seguida, no âmbito da Central Termoelétrica do Pego solicitando que lhe fosse efetuado um ponto de situação sobre esta matéria. -----

Paula Carloto, do PSD do Entroncamento, por sua vez interveio sobre o tema do comboio de alta velocidade vulgarmente conhecida pelo TGV, que se passa a descrever: “Assistimos há décadas ao investimento permanente na modernização da linha do Norte, a verdadeira espinha dorsal da rede ferroviária nacional, onde passam diariamente quase metade dos comboios de passageiros e mais de 90% dos comboios de mercadorias do país. -----

Por variadíssimas razões, algumas das quais de difícil compreensão pretende-se agora construir uma nova linha ferroviária de alta velocidade Porto-Lisboa, com um traçado completamente novo, consubstanciando um investimento na ordem dos 4900 milhões de Euros, previsto realizar até 2030. -----

Mas independentemente da opinião que possamos ter sobre a eventual necessidade, ou não, de uma nova linha ferroviária entre o Porto e Lisboa, o que é também um fato é o de que foi agora iniciado o grande estudo sobre a futura localização do novo aeroporto. -----

E enquanto o estudo se desenvolve, vamos conhecendo pela comunicação social que outras comunidades intermunicipais e alguns autarcas, em especial os da região de Leiria, vão pressionando decisões rápidas sobre o tema da alta velocidade. Percebemos o seu interesse, considerando que Leiria, a par com Coimbra, Aveiro e Gaia vão ser as grandes cidades principalmente beneficiadas pelo novo traçado. -- Mas é aqui que a questão se coloca. -----

O que pensamos nós fazer na nossa comunidade intermunicipal para pressionar que nenhuma decisão seja tomada, pelo menos até que a localização definitiva do aeroporto seja definida? -----

Admitindo que pode ser Santarém, localização que penso, como hoje já aqui foi referido, é do interesse da nossa comunidade e até do País, que erro histórico estamos a cometer ao desarticular um sistema de transportes e de eventuais ligações intermodais? -----

A questão que se deve colocar, no mínimo, é a de se não se devia esperar pela definição concreta da localização do aeroporto para avançar com um projeto como o do TGV? “ -----

Joana Ramos, do PSD do Sardoal referiu a sessão da Assembleia Municipal do Sardoal, extraordinária e realizada no passado dia 7 de dezembro, dedicada aos jovens do concelho onde se falou sobre participação cívica e sobre cidadania. Deu nota de que se pretendeu dar a conhecer aos jovens do concelho o papel das autarquias locais e respetivos órgãos representativos, explicar as questões organizacionais dos órgãos autárquicos e também criar a oportunidade para os mesmos colocarem questões aos eleitos e manifestarem as suas ideias e

preocupações. -----
Terminada esta intervenção, deu-se lugar à intervenção do deputado Daniel Luís do PSD da Sertã que abordou a questão da tão falada saída da Sertã e Vila de Rei da CIM do Médio Tejo, mas em particular da Sertã. Algo tão abruptamente tratado e que deveria ter sido “resolvido” com alguma dignidade e algum cuidado. Todos sabemos que existem projetos em curso, como se processa num caso destes, questionou? Abandonam-se os projetos pura e simplesmente? Como se faz esta transição, que custos isto envolve. São variados os casos que poderiam ser descritos, e para o qual estes municípios têm de ter respostas. Não existe um período para uma transição administrativa? -----

Paulo Brito, do PSD de Vila de Rei, transmitiu também a sua preocupação com a alteração à Lei n.º 42 sobre a reforma administrativa, pela forma como todo o processo está a ser conduzido. Deu nota, por exemplo de como ficarão as questões da saúde. -----

Jorge Nunes, do PSD da Sertã, deixou alguns considerandos relativamente aos atrasos com os pagamentos às corporações de bombeiros, e em particular com os bombeiros da Sertã. Por outro lado, deu nota de nada ter sido feito em relação à A23 e A13, comentando que não existe coesão territorial. -----

Ricardo Antunes, PS do Entroncamento questionou e solicitou um ponto de situação sobre o aeródromo de Tancos, na sequência de uma moção aprovada na passada reunião deste órgão. -----

João Moura, do PSD de Ourém referiu a necessidade de se efetuar uma reflexão do nosso trabalho. Referiu que não temos relevância política forte. A saúde, energia, comunicações, tudo anda menos bem na nossa região. Somos desrespeitados constantemente pelo governo, devemos reivindicar de uma forma mais forte! A nova NUT é um caso disso mesmo. A proposta de lei n.º 42/2022 - condena a forma como todo este processo foi conduzido. -----

Referiu, como havia sido aprovado na passada reunião desta Assembleia que a comissão referida para abordar a situação do aeródromo de Tancos não avançou. Na altura, falava-se na entrada de um investidor de Vila Nova da Barquinha. Faz sentido uma infraestrutura, uma iniciativa privada sem gastos de verbas públicas? Referiu que é imperioso que seja ela pública ou privada, nós devemos defender uma solução aeroportuária. Neste sentido, a comissão já não faz sentido. -----

Quanto à Central termoelétrica do Pego, e ao facto da nossa região ser região piloto nesta matéria (âmbito do hidrogénio), também se mostrou preocupado com o facto de pouco se ver neste âmbito. Terminou, dando conta dos incêndios no seu concelho e como foi fustigado neste âmbito com danos incalculáveis, esperando que haja por parte do governo toda a solidariedade para as ajudas a que têm direito. -----

Foram concluídas as intervenções dos deputados, tendo a vice-presidente da mesa passado a palavra à presidente do Conselho Intermunicipal para os esclarecimentos necessários. -----

Deu nota de três questões/temas preocupantes: -----

- A questão de Vila de Rei e da Sertã, que é indiscutível, tendo já o Conselho Intermunicipal mostrado todo o desagrado quanto à forma como este processo foi e está a ser conduzido; -----

- A questão das estruturas aeroportuárias, esclarecendo que nunca, em tempo algum, abandonamos este projeto. Referiu que temos investidores privados para Tancos, tendo inclusive já sido apresentados no Ministério das Infraestruturas; -----

- Nova NUT. Deu conta das reuniões que têm acontecido neste âmbito com as CIMS e o Ministério para analisarmos como nos vamos articular. -----

Terminados os esclarecimentos passou-se ao ponto n.º 1 da ordem do dia. -----



Ordem do dia:

1. Informação da atividade da CIM do Médio Tejo-----

A vice-presidente da Mesa, passou a palavra à presidente da CIM para que pudesse efetuar uma apresentação da atividade que tem vindo a ser desenvolvida desde a última reunião da Assembleia Intermunicipal ao dia de hoje. -----

Anabela Freitas efetuou uma apresentação power point com as principais linhas do trabalho da CIM: -----

No âmbito do **Fundo de Transição Justa** referiu que o objetivo é criar uma economia competitiva e que trave as alterações climáticas e crie o rumo à neutralidade carbónica em 2050. A nossa região é elegível dado o encerramento da Central a carvão, em Pego, no concelho de Abrantes. Neste sentido, a CIM do Médio Tejo tem acompanhado os trabalhos de definição de ações enquadradas neste Fundo de Transição Justa, esperando que as algumas sejam já materializadas no ano de 2023. No dia 07.07.2022, foi publicado o Aviso n.º 03/SI/2022, para apresentação de projetos que tinham apresentado candidatura ao AVISO 15/SI/2021 - Registo de Pedido de Auxílio- Transição Justa para o Médio Tejo. Assim, este aviso, cujo prazo terminou a 16.09.2022, foi apenas destinado a candidaturas que tinham submetido as suas manifestações de interesse no âmbito da tipologia designada por “Inovação Empresarial e empreendedorismo”, ou seja, apenas eram enquadrados, no âmbito do aviso, 23 projetos, ficando de fora, as restantes 9 candidaturas enquadradas noutras tipologias de investimento do Regulamento Específico da Competitividade e Internacionalização. -----

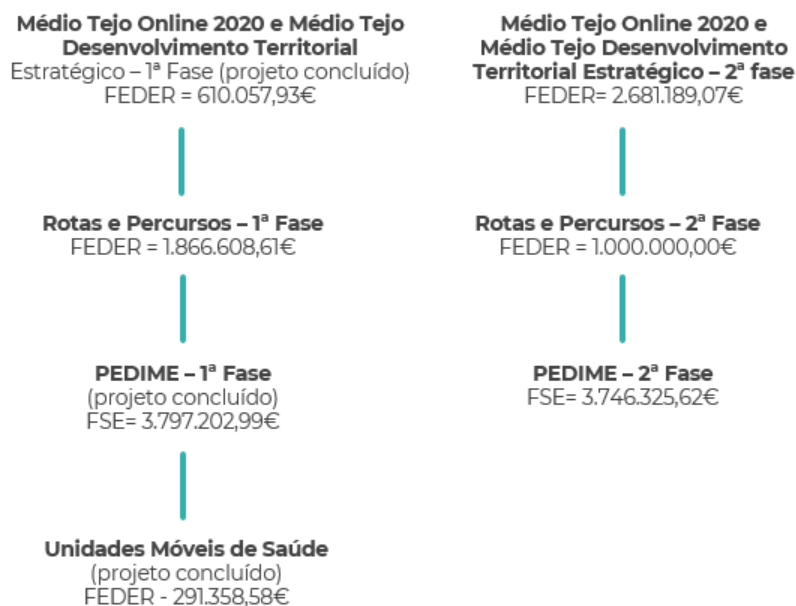
Foram submetidas ao Aviso n.º 03/SI/2022: -----

14 candidaturas totalizando um investimento elegível proposto de 134.517.354,83€, correspondendo a um incentivo de 46.147.158,38€ -----

O Conselho Intermunicipal da CIM do Médio Tejo, na sua reunião de 29 de setembro de 2022, deliberou, por unanimidade, demonstrar o reconhecimento da importância da submissão de 14 candidaturas ao Aviso n.º 03/SI/2022, mas também:

- Solicitou a avaliação da abertura de um novo aviso de concurso para captação de investimento na região, no âmbito da Inovação Produtiva, mas que o mesmo não seja apenas restrito às candidaturas que apresentam Manifestação de Interesse; -----
- Que face ao incentivo proposto das 14 candidaturas submetidas, é fundamental que a afetação, dos 90 milhões de euros do Fundo de Transição Justa, seja totalmente na região do Médio Tejo, uma vez que existe a expectativa que esta dotação não seja suficiente face aos investimentos passíveis e/ou em estudo a serem desenvolvidos na nossa região -----
- Relembrou e sensibilizou, que o Aviso n.º 03/SI/2022 não albergou as restantes 9 candidaturas enquadradas noutras tipologias de investimento do Regulamento Específico da Competitividade e Internacionalização que tinham apresentado candidatura ao AVISO 15/SI/2021. -----

Relativamente ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM do Médio Tejo, reprogramado a 7 de junho, deu conta da dotação de Fundo Atual contratualizado com a Autoridade de Gestão do PO Regional do Centro 2020: 56.645.529,62€, dos quais 42.706.615,39€ dizem respeito às operações alvo da delegação de competências na CIM do Médio Tejo e o diferencial corresponde aos projetos intermunicipais: -----



Quanto ao ponto de execução| aprovação em execução referiu os 66 projetos municipais aprovados (um deles é promovido pela ULS de Castelo Branco – Centro

de Saúde da Sertã) – que corresponde a uma dotação de fundo aprovado de 31.095.056,18€. No âmbito do SI2E, encontram-se aprovadas 93 candidaturas que correspondem a um Fundo aprovado/reprogramado de 4.870.680,92€ (para apoio a investimentos de micro e pequenas empresas da região e a criação de postos de trabalho). No PAPN esclareceu que se encontram aprovadas 86 candidaturas que correspondem a um Fundo aprovado/reprogramado de 6,740.878,28€ (para apoio a investimentos de micro e pequenas empresas da região com vista à manutenção de postos de trabalho). -----

Bioresíduos – RecolhaBio – deu conta do Despacho n.º 3143-B/2022, de 11 de março, que estabelece o orçamento do Fundo Ambiental (FA) para 2022, tem previsto um apoio, sob o nome de RecolhaBIO - Apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de bioresíduos, com um montante previsto de 17 775 000,00€, para o território continental. Nos termos dos artigos 114.º e 115.º do Regime Geral da Gestão de Resíduos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, na sua redação atual, parte das receitas decorrentes da cobrança da taxa de gestão de resíduos (TGR) é transferida para o Fundo Ambiental para aplicação em “projetos na área dos resíduos e da economia circular”, devendo o despacho previsto no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 42-A/2016, de 12 de agosto, estabelecer apoios financeiros aos municípios. -----

Maria – Estratégia Integrada de Intervenção na área da Violência Doméstica e de Género, um outro projeto em que o horizonte temporal de execução da candidatura encontra-se até 30.06.2023 e, foram definidas as seguintes atividades a serem desenvolvidas no âmbito do projeto: -----

- ✓ Fase 1 – Atividade 1 – Elaboração do Diagnóstico (concluído); -----
- ✓ Fase 1 – Atividade 2 – Elaboração e Implementação do Plano para a Igualdade (concluída a parte da Elaboração – em curso no mês de dezembro a aprovação dos Planos Municipais pelo órgão competente; -----
- ✓ Fase 2 – Atividade 3 – Divulgação e Avaliação do Plano para a Igualdade (em curso). -----

No início do ano de 2023, iniciar-se-ão os trabalhos de implementação do 1º ano do Plano de Ação de cada um dos Planos Municipais. -----

RAP | Repostas de Apoio Psicológico - Duas psicólogas contratadas iniciaram os seus trabalhos no Médio Tejo, no passado dia 02 de março. A operação foi reprogramada temporalmente para 30.06.2023. Pretende-se disponibilizar serviços de apoio psicológico e psicoterapêutico na região do Médio Tejo especificamente direcionado para crianças e jovens vítimas de violência doméstica no âmbito da RNAVVD, quer estejam acolhidas nas casas de abrigo e repostas de acolhimento de emergência quer sejam atendidas e acompanhadas pelas 13 estruturas de

atendimento municipais integradas e/ ou a integrar a RNAVVD – Rede Nacional de Apoio nas Vítimas de Violência Doméstica. -----

Desde o início da atividade a RAP acompanhou 36 crianças/jovens, sendo que, atualmente, encontram-se em acompanhamento 32 crianças e jovens vítimas de violência doméstica, em que as faixas etárias inserem-se entre os 3 e os 18 anos. Estas crianças são maioritariamente raparigas e o agressor é um dos progenitores ou os dois progenitores. A RAP realizou até ao momento 240 acompanhamentos. -----

Planos Municipais para a Igualdade e Não Discriminação – projeto com um horizonte temporal de execução da candidatura encontra-se até 30.06.2023 e, foram definidas as seguintes atividades a serem desenvolvidas no âmbito do projeto: -----

- ✓ Fase 1 – Atividade 1 – Elaboração do Diagnóstico (concluído); -----
- ✓ Fase 1 – Atividade 2 – Elaboração e Implementação do Plano para a Igualdade (concluída a parte da Elaboração – em curso no mês de dezembro a aprovação dos Planos Municipais pelo órgão competente; -----
- ✓ Fase 2 – Atividade 3 – Divulgação e Avaliação do Plano para a Igualdade (em curso). -----

No início do ano de 2023, iniciar-se-ão os trabalhos de implementação do 1º ano do Plano de Ação de cada um dos Planos Municipais. -----

No que diz respeito à **descentralização de competências na área social**, esclareceu que nos passados dias 27.07.2022 e 04.08.2022, a CIM Médio Tejo reuniu-se com o Centro Distrital da Segurança Social de Santarém, no sentido de operacionalizar a transferência das competências referentes à Plataforma Supraconcelhia do Médio Tejo, tendo ficado definido o seguinte:-----

- agendamento da reunião da Plataforma Supraconcelhia do Médio Tejo, que ocorreu a 14 de outubro de 2022, na qual procedeu-se à transferência das competências referentes à Plataforma Supraconcelhia do Médio Tejo do Centro Distrital de Segurança Social para a CIM Médio Tejo, as quais entrarão em vigor a partir de 01 de janeiro de 2023; -----
- avaliação da integração de novas entidades a participar na Plataforma Supraconcelhia do Médio Tejo; -----
- avaliação da integração dos municípios da Sertã e de Vila de Rei, bem como entidades representativas desses dois concelhos e que devem ter participação ativa na Plataforma Supraconcelhia do Médio Tejo.

Na reunião do Conselho Intermunicipal da CIM Médio Tejo de 08 de setembro de 2022, foi deliberada a integração dos municípios da Sertã e de Vila de Rei na Plataforma Supraconcelhia do Médio Tejo. -----

Foi de seguida referida a **modernização administrativa – Médio Tejo Online 2020** | tendo sido indicado que a 2.ª fase da candidatura foi submetida a 05 de março de 2021, foi aprovada a 17 de setembro de 2021, com um investimento total de 4.155.489,20€, um investimento elegível de 3.154.340,09€, correspondendo a uma comparticipação comunitária de 2.681.189,07€ (Taxa FEDER de 85%). -----

Quanto à **Afirmação Territorial do Médio Tejo**, respetivamente **projeto Rotas e Percursos**, informou que se deu continuidade às iniciativas de comunicação dos percursos existentes na região do Médio Tejo, a saber: marketing digital; reprodução gráfica de mupis, outdoors e cartazes promocionais, que foram distribuídos pelos municípios para a ampla divulgação nos respetivos concelhos. Atualmente a 1.ª versão do Guia de Percursos do Médio Tejo está a ser objeto de revisão com vista à elaboração da 2.ª edição do Guia, prevendo-se o seu lançamento público na próxima BTL - Bolsa da Turismo de Lisboa 2023. Por outro lado, foi aprovada ao Centro 2020 uma nova candidatura no domínio do Património Natural – Rotas e Percursos no Médio Tejo-Fase 2, com um Investimento elegível de 1.588.264,65€ e uma comparticipação FEDER de 1.000.000,00€. Investimentos municipais de valorização do património natural: -----

Praia Fluvial Olhos D'Água -----

Rota das Azenhas-Olival -----

Parque Náutico Aldeia do Mato -----

Prolongamento do Passadiço da Praia Fluvial do Penedo Furado -----

Miradouros de Fernandaires e de Seada -----

Parque Ambiental de Santa Margarida (torre e circuito) -----

Percurso Panorâmico na Praia Fluvial do Troviscal. -----

Em relação à Programação Cultural em Rede e ao projeto **CAMINHOS**, referiu que se concretizou em abril o Caminhos do Ferro e em junho o ciclo da água, com uma programação cultural variada, desde o teatro, à música, ao circo contemporâneo, numa oferta para todos os gostos e idades. No âmbito do **Caminho das Pessoas**, referiu direcionar-se para o envolvimento das comunidades locais, dinamização de práticas artísticas e culturais que aumentem a coesão social e o sentimento de pertença à comunidade. Programação diversa, pelos 13 concelhos, concluída em 2022. Quanto aos **Produtos Turísticos Integrados e no âmbito do Eixo Turístico Náutico | Castelo do Bode – Wakeboard**, como é do conhecimento geral, em 2022, devido à escassez de água verificada na Albufeira de Castelo do Bode, provocada pela situação de seca que afetou o país, não se avançou com a programação dos habituais eventos Wakeboard Open Days e Welcome To Castelo do Bode, como se tem vindo a concretizar nos últimos anos. -----

Deu-se continuidade aos trabalhos de articulação no âmbito da Rede de Estações Náuticas de Portugal, com participação da Estação Náutica de Castelo do Bode em diversas sessões de trabalho e iniciativas promovidas pela Fórum Oceano. -----
Em setembro de 2022, foram finalmente emitidas pela APA à CIM as licenças de utilização de recursos hídricos relativas aos cable parks de Aldeia do Mato, Lago Azul, Trízio e Fernandaires, válidas por 5 anos. Em preparação, o processo de Concessão da Estância de Wakeboard do Médio Tejo. -----
Em curso, de igual modo, a conceção, desenvolvimento e implementação de um espaço de promoção turística da região do Médio Tejo, a instalar numa sala do Convento de Cristo, com enfoque para os Produtos Turísticos Integrados desta região, que promova a visita ao território e permita explorar conteúdos de forma inovadora e imersiva, com recurso a soluções tecnológicas. Por último no âmbito da Rota dos Templários no Médio Tejo, encontra-se em desenvolvimento um website. -----

PEDIME 2 – Educação de Excelência do Médio Tejo, partilhou alguns dados: no ano letivo 2021/2022, foi efetuado rastreio visual e auditivo a 1281 crianças, sendo sinalizadas 154 crianças com deficit visual (cerca de 12%), às quais foi atribuído voucher de 100€ para apoio à correção visual. Sinalizadas e encaminhadas para o médico de família 218 crianças (cerca de 17%). Foram realizadas 45 sessões de teatro desde janeiro até final do ano letivo 2021/2022. No presente ano letivo foram já contratadas 18 sessões de teatro. 45 sessões de teatro desde janeiro até final do ano letivo 2021/2022. No presente ano letivo foram já contratadas 18 sessões de teatro. Desde o início da fase 2 do PEDIME até ao dia 30.11.2022 registaram-se: -----
79 visitas de estudo -----
105 visitas CCV -----
136 atividades experimentais nos CCV -----
Realizadas em 2022 um total de 119 sessões de dinamização do ensino experimental. -----

Melhoria da Mobilidade | Transporte a Pedido - A CIM do Médio Tejo é responsável pelos serviços flexíveis de Transporte a Pedido na região. Os serviços de transporte a pedido registam uma tendência positiva de crescimento. Em 2022 (dados até final de outubro), foram transportados no serviço LINK cerca de 618 passageiros / mês, e nos serviços TaP Concelhios foram transportados em média 2046 passageiros / por mês, com a distribuição mensal apresentada no gráfico a seguir. Quanto ao **Contrato de Concessão de Transporte Público do Médio Tejo**, esclareceu que o procedimento foi adjudicado à Rodoviária do Tejo, tendo sido outorgado o Contrato em 8 de setembro de 2022. O procedimento encontra-se em processo de fiscalização prévia por parte do Tribunal de Contas. -----

Mobilidade Suave – encontra-se em curso a elaboração de um estudo estruturado da rede de percursos Cicláveis do Médio Tejo que inclui a definição de traçados de rede de percursos Cicláveis de âmbito intermunicipal. A decorrer também o

concurso público para implementação do Sistema Intermunicipal de Bicicletas para Uso Público no Médio Tejo – 1.ª Fase, que prevê o fornecimento de sistema intermunicipal com 67 estações em 11 concelhos e 252 bicicletas elétricas. -----

Cadastro Simplificado | Em 2022, em articulação com os municípios de Ourém, Sertã e Vila de Rei encontram-se em execução a Representação Gráfica Georreferenciadas (RGG) no Bupl. Este projeto encontra-se a ser executada por via de candidatura ao Centro 2020, com os seguintes montantes: -----

- Investimento elegível total – 671.510,59€ -----

- Taxa de cofinanciamento FSE(85%) - 570.784,00€ -----

Brigadas de Sapadores Florestais, deu nota de 2 brigadas, 6 equipas e 29 trabalhadores. Foram já realizados 214 hectares de gestão florestal, 28 dias de pré-posicionamento no total das brigadas, 44 dias de empenhamento em teatro das operações e aprovado para o ano de 2023 a realização de 272 hectares. -----

Plano Intermunicipal de adaptações às alterações climáticas (PIAAC), esclareceu que em articulação com os municípios no âmbito da Elaboração dos Planos municipais de ação climática, decorrente da Lei nº 98/2021 de 31 de dezembro – Lei de Bases do Clima, os quais são aprovados em assembleia municipal até 1 de fevereiro de 2024. Decorrente da sua execução será efetuada revisitação ao PIAAC. -----

Boas Práticas - Investimentos no âmbito de ilhas de calor: sombreamento (paragens, área de serviço de autocaravanismo, zona de tasquinhas, velas tensadas, substituição da utilização de água para consumo na rega de espaços urbanos através da captação de águas subterrâneas e ligação pedonal. -----

Ações de Comunicação e Divulgação e sensibilização – Elaboração de livro e fichas didáticas, website, vídeo, entre outros. -----

RESIST – Candidatura H2020, foi aprovada em junho de 2022, com um investimento elegível total de 712.500,00€ (cofinanciamento a 100%); -----

- 4 Pilotos (cerca de 60 parceiros) – CIM Médio Tejo integra o piloto; -----

- Projeto pressupõe que a biomassa verde resultante das atividades de manejo agroflorestal seja valorizada pela conversão em gases renováveis (metano, hidrogénio). -----

Deu conta de uma carta de missão assinada em julho de 2022 que tem como objetivo apoiar cerca de 150 regiões e comunidades europeias a tornarem-se mais resilientes ao clima até 2030. -----

Em curso encontra-se em fase de constituição **a Comunidade Energia Renovável – CER** na qual será avaliado o modelo organizacional que melhor responde as necessidades da região, para o efeito serão avaliadas as necessidades de consumo dos vários municípios e o potencial de produção para autoconsumo dentro da comunidade. Posteriormente, em função do diagnóstico efetuado, serão desenvolvidas todas as ações para a implementação de CER com gestão agregada

a nível intermunicipal (Decreto-Lei nº 162/2019 de 25 de outubro e Decreto-Lei nº 15/2022, de 14 de janeiro). -----

Recolha e calorização de resíduos de construção e demolição (RCD) – aqui, pretende-se promover ações que promovam a recolha de resíduos de construção e demolição (RCD) produzidos no sector da construção civil, e por outro lado que possibilitem a sua valorização com os objetivos de introduzir o mesmo novamente na cadeia de valor. No ano de 2022 foi efetuado levantamento da realidade dos municípios para avaliar metodologia de atuação. -----

Após a sua apresentação, foram inscritos os deputados que pretendem usar da palavra. -----

António Mor, do PS de Abrantes, deu conta que o assunto que o trazia a fazer esta sua intervenção tinha única e simplesmente a ver com o facto da Sertã e de Vila de Rei. Referiu, para quem não o conhecia que esteve na criação da antiga Associação de Municípios do Médio Tejo e responsável pelos fundos comunitários nessa altura com a Lezíria do Tejo. Referiu que apenas reunimos 2 vezes por ano. Não concorda com esta questão da Sertã e de Vila de Rei, dando conta que não pode ser tratado assim. Ora estão no Médio Tejo, ora saem. Mas afinal que forma é esta de tratar estes assuntos. Não concorda com nada disto. Sabe, que não se trata de deliberar aqui sobre um tema, mas não percebe, e continua sem perceber como assuntos como este são tratados com tal “leviandade”. -----

A falta de Coesão Territorial vai levar ao fecho de instituições, entre outros organismos.-----

Ricardo Carlos, do PSD de Tomar, que referiu não querer intervir, decidiu fazê-lo para deixar bem claro que o que está previsto esta semana ser aprovado no parlamento é uma ofensa, a todos nós. A forma como uma lei destas é aprovada, sem a discussão na região é surreal. -----

Silvestre Pereira, do PS de Alcanena, voltou a referir na sua intervenção que duas sessões por ano desta Assembleia Intermunicipal são diminutas. Cada vez mais debatemos mais assuntos e o tempo não é suficiente. Deveríamos, como já havia sido dito realizar sessões temáticas, mediante a necessidade dos temas em discussão e em cima da mesa, e sua pertinência. -----

Jorge Nunes do PSD da Sertã, efetuou a sua intervenção dando conta das verbas que se encontravam em atraso com os bombeiros da Sertã, referentes ao combate a incêndios. Mostrou-se solidário com os bombeiros e deixou um reconhecimento ao seu trabalho. -----

José Rafael Nascimento do movimento ALTERNATIVAcom, de Abrantes, solicitou os seguintes esclarecimentos, conforme se descreve: -----

“ 1. Em matéria de cuidados de saúde primários, a percentagem de utentes sem médico de família aumentou em um ano, de novembro de 2021 para novembro de 2022, 4,3 pontos percentuais, passando de 18,6% para 22,9%. Ou seja, temos mais

9.648 pessoas sem médico de família, atingindo um total de 51.640 cidadãos. Perguntamos: que iniciativas tomou a CIMT e que resultados foram alcançados com vista a travar a saída de Médicos de Família e a colocar os que faltam (mais de 30, ao que sabemos), tanto ao nível concelhio como sub-regional, garantindo-se assim o direito fundamental dos cidadãos à Saúde? O que se perspectiva em matéria de utilização de unidades móveis de saúde e de enfermeiros comunitários ou de saúde familiar, os quais asseguram, de acordo com a OMS, 80% dos cuidados de saúde primários? -----

2. Em matéria de economia e emprego, de 2021 para 2022 e considerando os primeiros dez meses do ano, a sub-região do Médio Tejo foi a que menos cresceu na constituição de novas empresas e das que menos diminuiu na dissolução de empresas já existentes, quando comparada com a Lezíria e o Oeste, e com a região Centro. Em outubro deste ano, tínhamos mais 3,4% de desempregados inscritos nos centros de emprego do que em outubro de 2021. Perguntamos: que ambição tem a CIMT na formação de empreendedores e na promoção e apoio ao empreendedorismo, designadamente em matéria de criação de negócios e apoio à economia artesanal e familiar? Como avalia, neste âmbito, o contributo que tem dado o parque de ciência e tecnologia Tagusvalley – Tecnopolo do Vale do Tejo? --

3. Em matéria de alterações climáticas, saudamos os esforços que estão a ser feitos pela CIMT e a recente adesão ao Pacto da Missão de Adaptação às Alterações Climáticas. Perguntamos: como avalia a CIMT a execução do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Médio Tejo (PIAAC-MT), cujas boas práticas, no caso de Abrantes, se traduziram (ao que sabemos) no sombreamento de algumas ruas do centro histórico e paragens de autocarro, e numa ligação pedonal ao Jardim do Castelo? -----

4. Em matéria de desporto, realizou-se recentemente em quatro dos nossos municípios o Congresso do Desporto – julgamos que com bons resultados – tendo o mesmo pretendido (cito) “potenciar o território do Médio Tejo, fazendo uma grande reflexão sobre o desporto na região porque o território precisa desta articulação e complementaridade entre todos”. Perguntamos: como avalia a CIMT o envolvimento e o impacto desta iniciativa na nossa sub-região? -----

5. Em matéria de mobilidade, os movimentos de utentes de serviços públicos têm exigido a reposição da modalidade SCUT nas autoestradas A13 e A23, e mais de 10.000 cidadãos terão já assinado uma petição nesse sentido. Em Abrantes, os órgãos autárquicos associaram-se, mais uma vez, a esta reivindicação, tendo a Assembleia Municipal de Abrantes aprovado há três semanas, por unanimidade, uma Moção que, “em nome da coerência e credibilidade política, do equilíbrio e coesão territorial, do fomento e desenvolvimento económico, e da justiça e progresso social, renova a exigência de reposição imediata da modalidade SCUT na autoestrada A23 (entre outras), em toda a sua extensão, de acordo com as expectativas e compromissos assumidos com as populações do interior”. Perguntamos: que diligências efetuou a CIMT junto da administração central, com

vista à reposição das ex-SCUTs nas autoestradas A13 e A23? “. -----

João Fernandes, do PSD de Abrantes referiu rever-se nas referências do deputado António Mor relativamente a este facto da desanexação de Sertã e Vila de Rei da nossa CIM. Ficou na dúvida se era para tomar posição sobre esta matéria ou não. Isto vai ser decidido esta semana, e para se tomar uma decisão deverá ser hoje. -----

A presidente do Conselho Intermunicipal esclareceu que não iria responder às questões mais específicas de cada um dos concelhos. Quanto às reuniões temáticas, está disponível, tal como se tem demonstrado sempre, para em conjunto com a mesa deste órgão, analisar todas as necessidades que os deputados assim o entendam. -----

A deputada Paula Carloto, do PSD, do Entroncamento, indicou à mesa que iria fazer chegar uma proposta de moção no que diz respeito ao assunto de Vila de Rei e da Sertã, que se passa a descrever: “ Tendo a Assembleia Intermunicipal do Médio Tejo tomado conhecimento que, face à proposta de lei nº 42/15, respeitante à saída dos municípios de Vila de Rei e Sertã, desta comunidade, não foram consultados de forma alguma nem os respetivos autarcas, nem a população em geral, delibera o seguinte, no dia 19 de dezembro de 2022: -----

Recomendar ativamente à 13ª Comissão Permanente da Assembleia da República “Administração Pública , Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local” - que retire de votação em Comissão a supra referida proposta de lei, para que a mesma não seja aprovada até que sejam devidamente consultados os respetivos autarcas e eventualmente as populações, de acordo com o procedimento que se revelar mais adequado, mas garantindo a participação e democraticidade do procedimento.” -----

A deputada Júlia Amorim, pediu para usar da palavra, pois não achou normal, já estar ultrapassado o período antes da ordem do dia, se estarem a pedir para incluir moções nesta fase da reunião. As reuniões têm momentos próprios para estes assuntos. Referiu que a mesa estava a ser condescendente e que deverão ser revistos e trazidos para a próxima reunião os tempos de cada partido, evitando assim esta extrapolação de tempo. -----

No que diz respeito à moção foi referido pela vice-presidente da mesa que as moções têm de ser recebidas pelos serviços, pelo menos com 5 dias de antecedência. Por outro lado, deverá ser apresentada no período antes da ordem do dia. Mesmo assim, e verificando-se a urgência do assunto, a mesma foi colocada a votação (fator urgência, fator admissibilidade). A mesma não foi aceite, pelo facto de não termos presentes os 2/3 de deputados na reunião.

Deliberação – Os deputados tomaram conhecimento do ponto se situação efetuado. -----

▣▣

2. Apreciação e votação de lista ordenada dos candidatos a membros do Secretariado Executivo Intermunicipal -----

A presidente do Conselho Intermunicipal, na sequência do já aprovado órgão executivo, esclareceu, como já havia sido referido dado o volume de trabalho e as áreas que a CIM tem, a necessidade de para além do atual secretário executivo, podermos ter um segundo secretário. Foi proposto o nome de Jorge Salgado Simões. Neste sentido, trazíamos hoje a esta assembleia para análise e aprovação este assunto. -----

Tendo em conta que a votação tem de ser feita por voto secreto, foram distribuídos os boletins por todos os deputados e colocados em urna. Feita esta passagem foram apurados os votos pela mesa.

Deliberação: Aprovado por maioria com 28 votos a favor, 0 votos em branco e 6 votos em branco. A sala contava com a presença de 35 deputados intermunicipais.

▣▣

3. Apreciação e votação das Opções do Plano e Orçamento para 2023 e respetiva autorização genérica -----

A vice-presidente da mesa, passou a palavra ao secretário executivo, que dado a presidente se ter ausentado por uns momentos, efetuou a apresentação deste ponto. Começou por efetuar um resumo do orçamento para 2023, dando conta da receita (corrente e capital), bem como o valor e a percentagem dos objetivos estratégicos. -----

No âmbito do projeto Melhoria da Mobilidade e das suas principais componentes referiu os seguintes valores: -----Concessão do

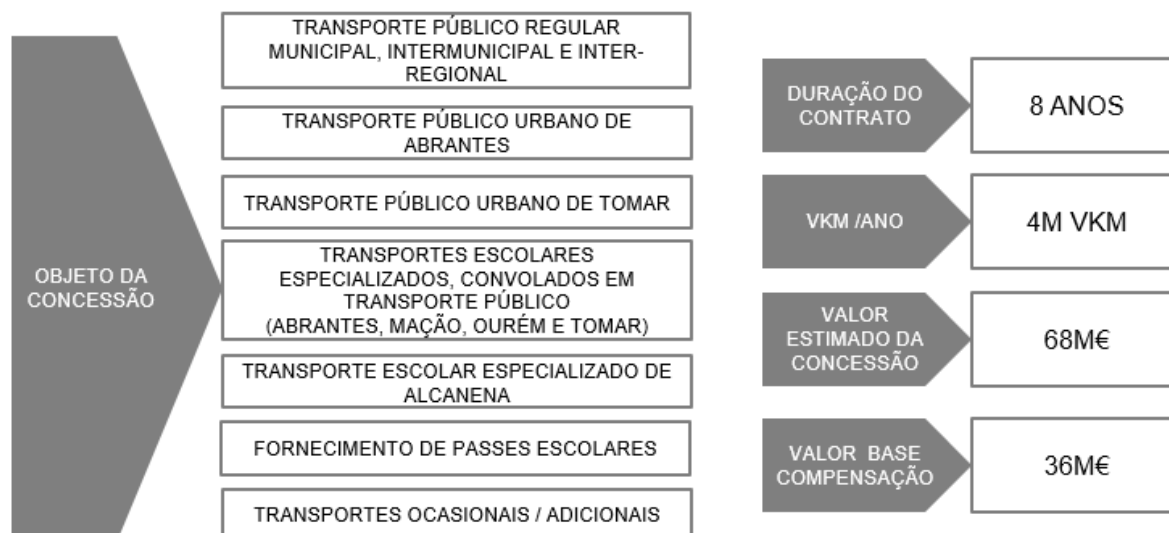
serviço público de transporte de passageiros do Médio Tejo – 5M€

Gestão dos Programas do PART e PROTansP – 2 M€ -----

Sistema Intermunicipal de Bicicletas para uso público no Médio Tejo – 2M€ -----

Transporte a Pedido no Médio Tejo – 250m€ -----

Relativamente à Concessão do Serviço Público de Transporte de Passageiros no Médio Tejo, esclareceu algumas das características gerais da concessão: -----



Ainda sobre esta matéria, deixou uma nota sobre as linhas de âmbito municipal, intermunicipal e regional: 188 linhas base + 127 parcelas + 62 variantes. -----
 A atribuição desta concessão foi aprovada em reunião do Conselho Intermunicipal de 29 de junho/2022 à Rodoviária do Tejo S.A., tendo sido o contrato assinado a 8 de setembro/2022. -----

Algumas notas também no âmbito da gestão dos programas PART e PROTransP; sistema intermunicipal de bicicletas para uso público: -----
 11 concelhos, 67 estações, 466 dicas e 252 bicicletas, respetivamente e por município, deu conta, conforme quadro apresentado: -----

Concelho	N.º de Estações	N.º de Docas	N.º de Quiosques	N.º de Bicicletas Elétricas
Alcanena	5	43	1	25
Constância	4	24	3	14
Entroncamento	7	54	1	26
Ferreira do Zêzere	6	42	1	21
Mação	5	45	1	25
Ourém	10	51	2	30
Sertã	6	42	1	21
Tomar	7	70	1	36
Torres Novas	7	54	1	26
Vila de Rei	3	18	1	10
Vila Nova da Barquinha	7	23	1	18
TOTAL	67	466	14	252

No âmbito do Transporte a Pedido, na região existem já 80 circuitos, 1.662 paragens e 2664 passageiros/mês, em media no ano de 2022. -----

Visão do Médio Tejo para 2030, uma região que: -----

- afirma pela qualidade nas diversas dimensões relevantes para o desenvolvimento económico, social e ambiental; -----

- diferencia pela capacidade de atrair pessoas, empresas, visitantes e Talentos -----

- apresenta como território resiliente, coeso e funcionalmente articulado, com equilíbrios e complementaridades urbano-rurais e onde as cidades se posicionam em termos vocacionais -----

- assume como referência em ecologia, sustentabilidade ambiental e património

- governa, digitaliza e inova com eficiência e criatividade -----

No âmbito Integrada de Base Territorial Lezíria do Tejo, Médio Tejo e Oeste, referiu algumas ponderações de possibilidades: -----

12 áreas temáticas, área com potencial de cooperação no âmbito da IIBT e identificadas na estratégia 2030 de cada uma das regiões; 5 agendas estratégicas, traduzem a relação com as áreas temáticas, mas cruzam do ponto de vista estratégico e operacional os temas que importa construir em conjunto. Refletem assim, um conjunto de opções e unem temas que não devem ser considerados separadamente; 5 programas de intervenção que traduzem a vertente operacional da abordagem com maior foco de atuação. Por fim, 12 iniciativas estruturantes que traduzem as áreas de investimento específicas concretizadas em operações. -----

Terminados alguns esclarecimentos, a vice-presidente da mesa questionou os deputados que se queiram inscrever para as suas observações. Começou por intervir Joana Ramos, do PSD do Sardoal que referir não encontrar nada no âmbito dos recursos hídricos, bem como, questionou sobre quais os passos que foram dados com a Câmara do Comércio Luso-Chinesa. Deu nota e considerou muito importante a questão da alimentação saudável, solicitando mais informações sobre o assunto. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade.



4. Apreciação e votação da Revisão Orçamental n.º 1 de 2022 -----

A presidente do Conselho Intermunicipal esclareceu que a realização da presente revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano económico de 2022 (OPO's 2022), surge em virtude e após uma análise efetuada à execução orçamental, se ter verificado a existência de alguns desvios face ao inicialmente previsto/estimado. -----

Relativamente ao projeto Afirmção Territorial do Médio Tejo ajustaram-se os valores tendo em conta as reprogramações de candidaturas apresentadas e as respetivas atividades apenas se concretizarão em 2023. Algumas componentes, tais como a Agenda de Eventos foi retirada da candidatura Caminhos, estando o

trabalho em curso no a ser desenvolvido no âmbito da candidatura Médio Tejo Online 2020. -----

No projeto Melhoria da Mobilidade no Médio Tejo, ajustaram-se os valores, essencialmente, em virtude do atraso verificado na celebração do contrato de Concessão do Serviço Público Transporte Passageiros e a respetiva produção de efeito que apenas ocorrerá em 2023. -----

No âmbito do Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial no Médio Tejo, entre outras, a componente de investimento prevista em candidatura, das ações de sensibilização e comunicação em matéria de adaptação às alterações climáticas junto dos agrupamentos de escolas não foi dinamizada. Para funcionamento do SGIFR - Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, não foi necessário proceder à aquisição de apoio técnico especializado. -----

Relativamente à Formação da Administração Local, não foram realizadas ações extras às candidaturas SATDA, pelo que se ajustaram os valores ao realizado no ano. É de referir, igualmente, que estes desvios se devem à própria execução de candidaturas aprovadas cujos valores de adjudicação, resultantes de procedimentos de contratação pública, ficaram abaixo dos valores inicialmente previstos e/ou aprovados. -----

Neste sentido, e após a análise mais pormenorizada com as chefes de equipa multidisciplinar, para avaliar projeto a projeto coloca-se à consideração superior uma redução às OPO's de 2022, aproximadamente, de 2.041.976,00€. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade.



5. Apreciação e votação da alteração e aditamento ao Regulamento Interno da CIM do Médio Tejo -----

A presidente da mesa, passou de nova a palavra à presidente da CIM do Médio Tejo para que fosse esclarecido este ponto. Anabela Freitas referiu que se tratava da aprovação, da alteração do artigo 8º do Regulamento Interno da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, bem como o aditamento do capítulo IV referente ao Teletrabalho.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.



6. Apresentação da lista dos compromissos plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos que se celebraram desde a última sessão da Assembleia Intermunicipal -----

Vice-presidente da mesa comentou tratar-se de um documento que por via do decorre da lei, tem de ser apresentado a todos, dando assim a informação da lista dos compromissos plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos que se celebraram desde a última sessão da Assembleia Intermunicipal.

▣

7. Intervenção do Público ao abrigo do ponto 6, do artigo 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 janeiro -----

Não foram efetuadas intervenções por parte do público presente.

▣▣

A Vice-Presidente da Mesa Assembleia Intermunicipal da CIM do Médio Tejo

(Ana Margarida Vieira)

A Técnica Superior

(Rita Silva Vaz Neto Homem da Trindade)